

1º DE MAIO. Mobilização dos trabalhadores é importante para barrar a perda de direitos e a reforma da previdência


EM DEFESA DOS TRABALHADORES E CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O SISMUC participou no dia 1º de maio do ato unificado que reuniu entidades sindicais, movimentos sociais e partidos políticos em homenagem ao Dia do Trabalhador. Este dia é historicamente marcado pela luta em defesa de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. Mas a luta não acaba aqui, com os ataques vindos de Bolsonaro e Greca, faz-se necessária a construção da greve geral, que una as diversas categorias do serviço público e privado. O dia marcado para esta greve é o 14 de junho, quando iremos para as ruas dizer não à Reforma da Previdência!

O 1º de maio relembra e homenageia a história dos trabalhadores de Chicago, que realizaram uma greve geral em 1886 e lutaram para que ocorresse a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Passados os anos, a luta dos mártires de Chicago assassinados em praça pública pelo governo da época talvez não seja tão conhecida, mas é um exemplo de que os direitos dos trabalhadores são conquistas, resultado de muita luta e mobilização.

Em pouco mais de quatro meses de governo, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho; estabeleceu o salário mínimo em R\$ 998,00 frustrando a estimativa de R\$ 1.006,00 prevista no Orçamento da União, e editou a medida provisória 873, que obriga os sindicatos a destinar recursos para o sistema financeiro gerar boletos, o que na prática inviabiliza o funcionamento das entidades sindicais.

Aos ataques citados se soma a nova proposta de reforma da previdência, que está tramitando no Congresso Nacional. Ela propõe trabalhar mais, contribuir mais e receber menos quando se aposentar. É necessário dizer não à reforma da previdência que propõe criar um sistema de capitalização onde os recursos dos trabalhadores serão administrados por bancos, e o empregador será desobrigado de contribuir.

É a política de miséria, pois quebra o sistema solidário que temos hoje com os recursos da previdência sendo destinados para as aposentadorias e manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Representa o fim das aposentadorias especiais para professores e trabalhadores em atividades insalubres e o aumento da desigualdade social no país. Diga não à privatização da previdência pública! 



Ato unificado aconteceu na região do Rebouças e foi encerrado na frente do Teatro Paol



União com outras instituições e movimentos sociais fortaleceu o ato em defesa do trabalho



Servidores e diretores do SISMUC e SISMMAC participaram do ato em homenagem aos trabalhadores

Fim do Ministério do Trabalho

- ▶ Reduz a fiscalização das condições de trabalho
- ▶ Reduz o combate ao trabalho escravo e infantil

Ataques da Reforma da Previdência

- ▶ 40 anos de contribuição para receber 100%
- ▶ Reajuste da aposentadoria será abaixo da inflação ou congelado

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1577 | Rebouças 80220-070 | Curitiba-PR
Fone/Fax: (41) 3322-2475 | 98407-4932
E-mail: sismuc@sismuc.org.br

Jornalista responsável

Gisele Rossi
 MTb 2838

PRODUÇÃO

Departamento de Comunicação do SISMUC
 Bruna Bunetti da Silva
 Estagiário: Rafael Tajima

ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Ctrl S Comunicação

IMPRESSÃO

Gráfica Mansão

Tiragem: 9 mil exemplares

DIREÇÃO EXECUTIVA

Christiane Izabella Schunig
 Coordenação Geral

Fabiana Prado Caputti
 Coordenação de Administração

Jackeline Fernanda Alves Baptista
 Coordenação de Finanças

Ana Paula Cozzolino
 Coordenação de Secretaria Geral

Walli Wanessa Sass de Paula
 Coordenação de Comunicação e Informática

Marcos Jose Franco
 Coordenação de Assuntos Jurídicos

Maria Jose dos Santos
 Coordenação de Formação e Estudos Socioeconômicos

Jakline Przvbilski
 Coordenação de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Alexon Alves França da Silva
 Coordenação de Organização por Local de Trabalho

Vicente Pereira de Freitas
 Coordenação de Políticas Sindicais e Relação de Trabalho

Aline Antunes Selbach
 Coordenação de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente

Andre Luis Figel
 Coordenação de Aposentado e Idoso

Ivani Amaro dos Santos
 Coordenação de Mulheres

Maria Socorro dos Santos
 Coordenação de Juventude

Luciana Cristina Bevilacqua
 Coordenação de Raça e Etnia

Alda Padilha
 Coordenação de Pessoas com Deficiência (PCD)

SUPLENTE DIREÇÃO EXECUTIVA

Bernadete Paula dos Santos, Daniele Paula dos Santos, Edilcemari da Cruz Thimotheo, Francine Vasconcellos Nico, Gisele da Silva Aguiar, Icléa Aparecida Alves Mateus, Ivanira Ramalho, Karla Garcia de Almeida, Leklery Francis F. S. Albuquerque, Lia Mara Bevilacqua, Liliane de Cássia Zanardini Lorusso, Luzia Conrado dos Santos, Nadir Barbosa de Souza, Rita de Cascia Gomes da Silva, Rita de Cassia Ferreira Bueno, Silvana Barioni, Simone de Souza Martins e Tania Regina Pascoal Aoyama

CONSELHO FISCAL

Jonathan Faria Ramos, Josiane Terezinha dos Santos, Kathia Cristina Shinohara, Luciana Varella de Oliveira e Sandra Regina da Silva Moraes

AGENDA

MAIO

08 **SUAS de ponta a ponta – Reflexões sobre o trabalho do/a assistente social**
 Encontro organizado pelo CFSS em parceria com o CRESS e CEPAT
Horário: Das 15h às 18 horas
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

09 **Assembleia conjunta - SISMUC e SISMMAc, para servidores da educação.**
 Proposta de paralisação 15 de maio
Horário: 18h30
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

14 **Coletivo da FAS, Saúde, Agentes de Endemias**
Horário: 18h30
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

21 **Coletivo da FCC, SMELJ, Fiscais e Polivalentes**
Horário: 18h30
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

23 **Coletivo dos Aposentados**
Horário: 14h
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

Coletivo dos Professores de Educação Infantil e Assistente Pedagógico
Horário: 18h30
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

29 **Coletivo dos Auxiliares de Serviços Escolares e Agentes Administrativos**
Horário: 18h30
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

JUNHO

04 **Conselho de Representantes**
Horário: às 9h às e 14h
Local: SISMUC (Rua Nunes Machado, 1577)

Assembleia referendou atual direção do sindicato

► Em cumprimento ao que está previsto no artigo 16 do Estatuto do SISMUC, no dia 24 de abril, aconteceu a Plenária do Sistema Diretivo do SISMUC, seguida de Assembleia que referendou a atual coordenação executiva e direção liberada do sindicato. A reunião envolveu a coordenação executiva, suplentes, conselho fiscal, conselho de representantes, representantes dos coletivos e servidores. A decisão confirmou, mais uma vez, o resultado das urnas e da assembleia de posse da direção Sindicato é pra lutar! Firms com a Base. ▲



PSS PRECARIZA os contratos de trabalho

Vereadores da base do prefeito aprovaram projeto que permite contratação temporária



A precarização do serviço público em Curitiba caminha a passos largos. Em abril os vereadores da base do prefeito Rafael Greca aprovaram alteração na Lei Orgânica do Município (LOM) autorizando a contratação de servidores pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS). Com a aprovação, que representa a precarização dos contratos de trabalho, a Prefeitura passa a instituir duas classes de servidores: os estatutários (concursados), e os PSS, com contratos precários com duração de 24 meses.

A contratação via PSS quebra a isonomia entre os servidores públicos e não resolve a falta de funcionários nos equipamentos e nem a sobrecarga de trabalho. O principal ataque para os servidores estatutários é a redução das contribuições para o Instituto de Previdência dos servidores curitibanos (IPMC), o que compromete o pagamento das aposentadorias futuras. A alteração na LOM ainda abre brecha para que não sejam realizados novos concursos públicos.

Ainda durante o mês de abril o Conselho Municipal de Saúde autorizou a contratação emergencial de médicos, pois esgotou o quadro de aprovados em concurso que não quiseram assumir. Ao invés de melhorar as condições de trabalho para os médicos, a administração pede autorização para contratações sem vínculo empregatício, em mais uma ação de desmonte dos serviços públicos.

Com mais de dois anos à frente do Executivo, a gestão Greca prefere maquiagem o problema de falta de servidores, adjetivando como questão emergencial, e assim realizar contratações precárias e temporárias. **A demanda por serviços públicos tem sido crescente, e não existe plano de governo para pensar a cidade no futuro e o necessário aumento no quadro de servidores.** ▲

Vem aí o XII Congresso do SISMUC

Evento representa momento de discussão sobre os rumos do sindicato e confraternização entre os servidores

► Com data já confirmada, vai acontecer de 23 a 25 de agosto o XII Congresso do SISMUC, em Praia de Leste, no Litoral do Paraná. Importante espaço de decisão, o Congresso, define os próximos passos da organização da luta dos servidores municipais, e tem como finalidade analisar a situação da categoria, as condições de trabalho, o desenvolvimento da sociedade e a definição do programa de trabalho sindical.

O regulamento do XII Congresso foi definido em assembleia no dia 2 de maio. O prazo para inscrições de teses foi aberto no dia 3 de maio e prossegue até dia 1º de julho, às 17 horas. As teses devem abordar preferencialmente os três eixos que compõem o temário: análise de conjuntura, análise do movimento sindical e programa de trabalho do sindicato. Os textos devem ser entregues por e-mail, através do endereço – congresso.sismuc@gmail.com – ou pessoalmente na sede do SISMUC, com cópia impressa e digital. Ambas as formas de entrega serão respondidas com protocolo de recebimento. ▲

Acompanhe as notícias do Congresso no site do sindicato.

ATAQUES. MP 873/2019 é mais um ataque aos direitos conquistados pelos trabalhadores

Governos tentam ENFRAQUECER A LUTA SINDICAL

O prefeito Rafael Greca bem que tentou cancelar o desconto dos sindicalizados ao SISMUC na folha de pagamento, mas o sindicato recorreu e a Justiça determinou que a Prefeitura continue fazendo o recolhimento da contribuição mensal e repasse o valor referente para o sindicato. Greca justificou a decisão anunciando que estava cumprindo a Medida Provisória nº 873/2019, editada pelo governo federal.

A MP desobriga o empregador de fazer o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento, o que faz com que os sindicatos tenham que gastar

com sistema bancário para geração de boletos.

O desconto das mensalidades sindicais em folha é um direito garantido na Constituição Federal. O artigo 8º, inciso IV, define que "é livre a associação profissional ou sindical e a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha". A sindicalização é um direito do trabalhador que autoriza pessoalmente o desconto em folha.

Ao exigir que a contribuição sindical deixe de ser descontada em folha e seja paga apenas por meio de boleto bancário, a MP desrespeita o direito de livre or-

ganização sindical dos trabalhadores e viola liberdades fundamentais garantidas na Constituição. Como o nome diz a medida é provisória, não tem poder para alterar a Constituição Federal. Só uma Proposta de Emenda Constitucional pode alterá-la e é necessário a aprovação de pelo menos 2/3 dos parlamentares.

Não vamos aceitar os ataques que visam enfraquecer os sindicatos e a luta dos trabalhadores. Nossos direitos foram conquistados com luta e é preciso unir para fortalecer nossa resistência frente às ameaças aos direitos conquistados e ao desmonte dos serviços públicos. ▲

Bolsonaro e Greca contra os sindicatos



União da classe trabalhadora

Com os sindicatos

- ▶ O movimento sindical trabalha para manter a coletividade e solidariedade que garante melhores condições de trabalho.

Sem os sindicatos

- ▶ Acabando com os sindicatos, será mais fácil retirar direitos, já que os trabalhadores não conseguirão se mobilizar.



Poder de negociação

Com os sindicatos

- ▶ O processo de negociação atrelado à fortes mobilizações podem garantir que nossas pautas sejam atendidas.

Sem os sindicatos

- ▶ O poder de negociação dos trabalhadores enfraquece sem o sindicato e gera maior desigualdade entre os trabalhadores.



Resistência

Com os sindicatos

- ▶ Através da resistência dos trabalhadores organizada pelo sindicato é que temos garantido a luta por direitos.

Sem os sindicatos

- ▶ Os governos contam com uma grande estrutura que garante seu comando. **Reduzindo a resistência dos trabalhadores, enfraquecem nossa luta.**

Vigilância



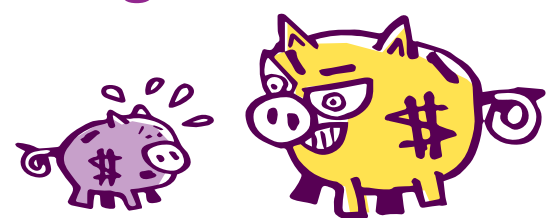
Com os sindicatos

- ▶ Os sindicatos realizam a vigilância dos direitos trabalhistas garantindo que estes direitos sejam cumpridos.

Sem os sindicatos

- ▶ O fim do sindicato acarreta aos empregados aceitar condições cada vez piores de trabalho.

Desigualdade social



Com os sindicatos

- ▶ A cobrança de direitos trabalhistas, envolvendo salários dignos, é essencial para que a miséria não se perpetue.

Sem os sindicatos

- ▶ Os direitos trabalhistas são sucateados e as condições de trabalho estão cada vez piores. **Acabar com o instrumento de luta sindical, é perpetuar a desigualdade.**

A VOZ DO SERVIDOR. Jonas Barbosa da Silva conta suas lutas na atividade de fiscal

Em defesa dos direitos dos trabalhadores

Fiscal desde 1984, o servidor Jonas Barbosa da Silva vai completar 35 anos de serviço na Prefeitura de Curitiba em 1º/09/2019. Sempre atuou como fiscal, mesmo tendo passado por várias secretarias. “Nasci fiscal e vou morrer fiscal”, brinca o servidor. Desde que assumiu procura cumprir os deveres inerentes da atividade e também fazer valer os seus direitos enquanto servidor.

Jonas começou na secretaria de Transporte, extinta em 1986 com a criação da URBS. Na ocasião vários servidores foram transferidos para a nova unidade. Jonas só retornou para Prefeitura em 1992, quando começaram a entrar funcionários do quadro próprio da URBS. Com o retorno, Jonas foi para o MASE - Departamento de Serviços Especiais da Secretaria do Meio Ambiente, onde ficou até 2008, foi então transferido para o departamento de Parques e Bosques, e posteriormente para secretaria de Urbanismo, onde está e tem expectativa de se aposentar no final do ano.

Em todo período que está na Prefeitura foi sindicalizado, tendo participado da primeira reunião para fundação do sindicato em 1988. “Nunca fui da diretoria, mas também nunca sai do sindicato. Sempre apoiei porque é importante para a luta. É a ferramenta que o trabalhador tem para conquistar benefícios, alguma melhoria”, afirma o fiscal.

ATIVIDADE

Ciente dos seus deveres e direitos, o servidor conta que em uma ocasião precisou tirar um dia a mais de folga e não foi autorizado pela chefia. Foi então que ele percebeu que tinha horas excedentes e não



Jonas Barbosa se orgulha da carreira de fiscal, atividade inerente do serviço público

“ Em geral somos mal vistos pela população e por isso os conflitos são pertinentes da função ”

recebia por isso. “Precisei de um dia de folga por motivo de doença grave de um parente em São Paulo e não me deram. Eu disse que ia procurar meus direitos e foi o que fiz. Paguei pra um colega cobrir no dia que precisei faltar e verifiquei o horário que eu fazia com um advogado do sindicato. Foi quando percebi que em média fazia 180 horas por mês, enquanto o contrato de trabalho era pra cumprir 160h. Quer dizer, tinha no mínimo 20h excedentes a cada mês sem receber por isso”, conta. Na época

a escala era de 12x36 o que gerava o excedente não recebido. Com a percepção do horário excedente, vários servidores entraram com ação na Justiça para receber o valor devido pelo período trabalhado entre 2002 e 2007. A ação do Jonas foi ganha em 2013, mas ainda não recebeu o valor devido.

Depois, no Parques e Bosques, Jonas percebeu que estava fazendo dupla função. “Trabalhava com um colete durante a semana, o do meio ambiente, e no fim de semana com o colete de fiscal de urbanismo, sem receber a gratificação do fiscal de urbanismo. Para a Prefeitura era interessante”, comenta.

O servidor conta que os fiscais, independente da secretaria, atuam sob forte pressão psicológica e stress, correm riscos e têm apoio parcial da Prefeitura. “Em geral somos mal vistos pela população e por isso os conflitos são pertinentes da função. Já teve polícia federal batendo na minha casa pra questionar atividade que fiz no trabalho enquanto estava no MASE. Colegas que vão parar na delegacia durante abordagem e nisso a Prefeitura não nos dá respaldo jurídico. Cada um tem que se virar como pode para arcar com o ônus. Também, como ficamos na rua, não temos refeitório, ou local pra descanso”, conta Jonas.

Apesar destes problemas, entre outros, Jonas garante que gosta do que faz. “Me orgulho e tenho satisfação de fazer a minha atividade. Gosto da sensação de liberdade, de não ficar numa sala o dia todo”, afirma.

Com quase 35 anos de atividade de fiscal, planeja descansar quando se aposentar. “Nosso trabalho é muito estressante, com plantões nos finais de semana, plantões noturnos. Por isso só penso em descansar quando me aposentar”, afirmou. ▲

SISMUC sediou encontro e congresso sindical de fiscais de todo Brasil

Fortalecimento da luta

► As dificuldades e lutas das carreiras de fiscais de atividades urbanas foram amplamente debatidas na sede do SISMUC, no início de abril, durante o 1º Encontro Regional dos Fiscais de Atividades Urbanas (EREFAU) da Região Sul com o tema “Sem fiscalização quem perde é a população” e III Congresso Sindical dos Fiscais de Atividades Urbanas.

O evento teve um caráter nacional, com participação de fiscais de 12 estados do Brasil e de entidades representativas como a Associação dos Fiscais do Município de Fortaleza (AFIM), o Sindicato dos Inspectores Fiscais de Atividades Urbanas do Distrito Federal (SINDIFAU - DF) e Associação dos Fiscais e Inspectores de Atividades Urbanas do DF (ASFILP). Ao término do III Congresso foi tirada a carta de propostas aprovadas pela categoria. ▲



Nova sede do sindicato foi adaptada para receber os fiscais



Encontro e Congresso de Fiscais reafirmou luta da categoria contra a Reforma da Previdência

III Congresso Sindical dos Fiscais de Atividades Urbanas e I EREFAU SUL - Curitiba PROPOSTAS APROVADAS EM 6/4/2019

Os trabalhadores e trabalhadoras reafirmam nesse III Congresso Sindical o compromisso de construção da mais ampla unidade para organização da carreira de fiscalização e da classe trabalhadora do Brasil e a promover a humanização das cidades, entendendo que defesa da qualidade de vida passa pelo respeito às normas edilícias, sanitárias, ambientais e urbanísticas, estando assim, diretamente ligado à valorização do trabalho dos FAUs

- 1 – Engajar-se e fortalecer a campanha nacional, lançada pela FENAFISC: “2019 – ANO DA VISIBILIDADE DOS FISCALIS DE ATIVIDADES URBANAS” - Cuidar da Cidade é cuidar das pessoas.
- 2 – Fortalecer a categoria por meio de organização sindical, com estruturação de sindicatos e/ou Associações no âmbito municipal, com suporte jurídico para elaboração de estatutos entre outras medidas necessárias.
- 3 – Atuar na construção permanente da unidade da luta por conquistas e manutenção de direitos da classe trabalhadora, especialmente dos FAUs.
- 4 – Investir na formação político-sindical como forma de fortalecer a luta dos trabalhadores.
- 5 – Lutar pela caracterização da Carreira Típica de Estado dos FAUs.
- 6 – Lutar contra assédio moral ou qualquer forma de precarização nas relações de trabalho dos FAUs.
- 7 – Exigir concurso público como única forma de ingresso no serviço público, inclusive da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas.
- 8 – Lutar pelo piso nacional da carreira dos FAUs.
- 9 – Lutar pela regulamentação da carreira dos FAUs no âmbito nacional.
- 10 – Incentivar a participação de todos os FAUs no censo perfil dos trabalhadores da fiscalização de atividades urba-

nas, promovido pelo blog Fiscal de Posturas.

- 11 – Continuar a luta para que a carreira dos FAUs seja de nível superior em todos os municípios.
- 12 – Continuar a luta para que a nomenclatura discriminada na CBO seja implementada em todos os municípios do Brasil.
- 13 – Contemplar nos eventos dos FAUs os vários âmbitos de atuação das diversas especificidades da Fiscalização
- 14 – Defesa do Estado Democrático de Direito.
- 15 – Lutar contra a terceirização irrestrita no serviço público.
- 16 – Lutar por melhorias das condições de trabalho e pela eficiência da prestação do serviço público.
- 17 – Lutar contra qualquer projeto legislativo ou executivo, que preveja a redução de direitos legais e constitucionais.
- 18 – Combater a criminalização dos movimentos sociais populares e sindicais.
- 19 – Respeito à dignidade e aos direitos dos indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais, especialmente ao direito à terra que foi conquistado na CF/88.
- 20 – Manutenção e ampliação dos direitos das mulheres, negros e comunidade LGBT, e demais minorias que assistem a cada dia seus poucos direitos ameaçados.
- 21 – Lutar pela unidade da classe trabalhadora como valor imprescindível para transformar a sociedade e pela total liberdade e autonomia sindical.
- 22 – Combater a sonegação tributária.
- 23 – Taxação das grandes fortunas.
- 24 – Auditoria da dívida pública.
- 25 – Defesa intransigente do Sistema Único de Saúde (SUS)
- 26 – LUTAR CONTRA O FIM DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA, o que está sendo chamado de “reforma” da previdência em pauta no Congresso Nacional.

Curitiba, 6 de abril de 2019.